

REDE TEMÁTICA GEOMA

GRUPO DE ESTUDO DAS MUDANÇAS DE COBERTURA E USO DA TERRA (GEOMA/M.U.C.)

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE MARABÁ – 19 A 23 DE SETEMBRO DE 2003

DINÂMICA TERRITORIAL E SÓCIO-AMBIENTAL DAS FRENTE DE OCUPAÇÃO E ÁREAS CONSOLIDADAS: OS CASOS DE SÃO FÉLIX DO XINGU-IRIRI E DA REGIÃO DE MARABÁ

Resumo

Este relatório apresenta as conclusões do seminário da rede temática GEOMA (Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental para a Amazônia) do Ministério da Ciência e Tecnologia sobre o processo de desflorestamento e a dinâmica social na região entre os municípios de Marabá e São Felix do Xingu, Pará, mostrando a intensificação do desflorestamento com eliminação das reservas legais e áreas de proteção permanente e a importante expansão do processo em direção aos vales do Xingu e do Iriri, sob condições de exclusão social, violência e relativa debilidade dos sistemas de produção, registrando-se, no entanto, alguns progressos nas áreas social e econômica, nas regiões de ocupação mais antiga.

Introdução

Este documento apresenta os resultados de um projeto da rede temática GEOMA, um esforço conjunto dos centros de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia para estudar mudanças de cobertura da terra (M.U.C.) e seus impactos sobre o clima, a biodiversidade e o homem na região amazônica. O projeto, “Estudo das mudanças de cobertura e uso da terra (GEOMA/M.U.C. na Amazônia)” em 2002-2003, analisa a expansão do desflorestamento e a dinâmica social entre os municípios de Marabá e São Félix do Xingu, no sul e no centro do Pará, onde têm sido observadas altas taxas de desflorestamento sob condições complexas de apropriação de terras, relações de trabalho e exclusão/inserção social.

Quatro razões motivaram essa análise:

1. O lançamento do Programa Amazônia Sustentável (PAS), que possibilita apontarmos sugestões para sua implementação;
2. a necessidade de intervenção do Estado no quadro de apropriação ilegal e irregular da terra e dos conflitos fundiários;
3. a necessidade de diminuir-se a exclusão social;
4. o crescimento contínuo da área desflorestada.

Padrões e processos de Desflorestamento e ocupação

A constatação da existência de uma fronteira em movimento, alimentada pelo uso predatório e esgotamento acelerado dos recursos florestais, impõe-se claramente na comparação entre as áreas de Marabá e da frente São Félix-Iriri.

A frente nova, na região do Vale do Xingu, (São Félix-Iriri) constitui-se a partir de duas áreas de ocupação antiga no Pará (Conceição do Araguaia-Redenção e Marabá), diretamente vinculadas aos estados vizinhos do Maranhão, Tocantins e Goiás, num movimento convergente que, evitando – por ora – a invasão de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), atravessa o Rio Xingu e prossegue em direção ao Rio Iriri como mostrado na figura 1.

Esse “avanço para o oeste” reproduz as formas violentas de organização das relações de trabalho e de apropriação do espaço e dos recursos naturais das frentes anteriores, apresentando, no entanto algumas diferenças. Entre elas, podemos mencionar o encerramento do vale dos rios Xingu e Iriri num efeito de tenaz, em virtude da existência dos desbravamentos oriundos da Cuiabá-Santarém, vinculados ao vizinho Mato-Grosso, que também avançam em direção ao Rio Iriri, porém no sentido Oeste-Leste (figuras 1, 2 e 3). Esse efeito de tenaz, entre duas frentes (a “Terra do Meio”), numa área rica em florestas e em minérios, talvez contribua a explicar a percepção recorrente dessa região como sendo um último filão disponível, que se trata de utilizar rapidamente para o enriquecimento individual, antes que se esgote.

O desflorestamento na região de estudo apresenta dois padrões espaço-temporais importantes:

1. o processo intensifica-se nas áreas de ocupação mais antiga, levando as áreas de reserva legal e de preservação permanente a patamares inferiores aos previstos no Código Florestal (figura 2).
2. o processo expande-se dessas áreas em direção à bacia do Xingu, criando novas frentes (figura 1).

A apropriação da terra dá-se a partir de diversos mecanismos, conforme figura 4.

Após a derrubada da mata, o uso da terra em fazendas grandes e médias inicia-se pela pecuária e, nas áreas de pequenos proprietários e assentamentos, são inicialmente plantadas culturas temporárias, com forte tendência à substituição progressiva por pastagens (figura 5).

Estudos realizados em Marabá – As áreas desflorestadas aumentaram de 2% em 1974 para cerca de 60% do município em 2000 (áreas protegidas exclusive), com freqüente violação do código florestal. A estrutura fundiária caracteriza-se como uma mescla de grandes fazendas e de áreas de pequenas propriedades, contando-se, em 2001, 72 assentamentos demarcados. A maioria destes (70%) foram demarcados após 1996, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás.

O principal uso da terra é a criação extensiva de gado. A cadeia da pecuária tem seguido um processo de consolidação, com aumento do rebanho e instalação de frigoríficos e laticínios. O rebanho do município concentra-se em propriedades maiores do que 1.000 hectares (64% do total, segundo o Censo Agropecuário de 1996), não obstante os pastos dominarem 73% das áreas de uso agrícola nas propriedades menores do que 200 ha.

A venda de lotes pelos beneficiários da reforma agrária é relatada como significativa, devido à falta de infraestrutura, financiamento, condições de escoamento mercadorias, etc. Mais recentemente, a consolidação da política de créditos e de apoios à agricultura familiar, bem como a existência de organizações participativas fortes e implementação de espaços públicos de discussão dessas políticas (cooperativas, câmaras técnicas etc.), têm facilitado a inclusão social e possibilitado experiências de diversificação da produção com aumento da renda, pelas atividades agrícolas, em particular nas áreas mais próximas ao núcleo urbano. Essa diversificação, potencialmente menos predadora da floresta, intervém algo tardiamente para sustar o intenso processo de desflorestamento, e a mobilidade das populações.

Estudos realizados sobre a frente São Felix do Xingu - Iriri – A frente São Félix-Iriri mostra duas áreas principais: a primeira localizada a oeste de Marabá e ao norte de São Félix, onde o desflorestamento

aumentou de 76.000 ha para 133.000 ha entre 1997 e 2000; a segunda ocupa a margem esquerda do Xingu, onde o desflorestamento aumentou de 36.000 ha para 58.000 ha no mesmo período. Esta última, mais recente, localiza-se ao longo da estrada do Iriri, em áreas próximas ao assentamento Linhares de Paiva na forma de aberturas pequenas, e em áreas mais distantes, na forma de aberturas grandes, para formação de pastagens.

A região de São Félix é uma importante área de fornecimento de gado em pé, não contando com nenhum frigorífico até o presente (três frigoríficos estão sendo estabelecidos na região). Os pequenos agricultores, devido à falta de alternativas agrícolas, contribuem para o aumento das pastagens, alugando as mesmas para a alimentação do gado de grandes fazendeiros.

O processo de apropriação primária iniciado na área de São Félix do Xingu por grandes companhias mineradoras e madeireiras, que vieram preencher o espaço deixado pela decadência da economia extrativista (borracha e peles de animais), prolonga-se hoje em dia na frente do Iriri de forma selvagem. A grilagem organizada, associada à pistolagem, como mostrou um evento recente em 12 de setembro, e diante da omissão (quando não da conivência) dos órgãos de gestão fundiária, deixa pouca ou nenhuma oportunidade à pequena produção, configurando-se numa faceta da apropriação da terra e da exclusão social.

Todas as ações do IBAMA nas áreas de grilagem/exploração madeireira têm ali coincidido com denúncias de trabalho escravo e superexploração da mão-de-obra, e liberação de trabalhadores, conduzidas em associação com o Ministério do Trabalho. Em outras vezes, denúncias de desflorestamento ilegal conduziram a Polícia Federal a identificar, em São Félix do Xingu, importantes conexões (inclusive internacionais) do comércio de cocaína. A lavagem de renda de atividades ilícitas (grilagem, madeira, tráfico etc.), através de propriedades fundiárias legalizadas e firmas que participam ativamente da economia lícita da região, e até mesmos de editais públicos, mostram a existência de redes de corrupção e influência, associadas ao processo de ocupação.

Conclusões

Os padrões e processos observados mostram a ocupação desordenada do território, com intensificação do desflorestamento nas áreas mais antigas, levando à perda das reservas legais e áreas de proteção permanentes, expansão em direção ao vale do Xingu, apropriação ilegal e irregular da terra, atividades ilícitas e exclusão social.

Como forma de regularizar a ocupação desordenada e a expansão da frente de ocupação, a atuação do Estado deve direcionar esforços para o ordenamento territorial, e considerar ações de mitigação em áreas onde foram eliminadas as reservas legais e as áreas de preservação permanente.

Esforços também devem ser dedicados à repressão de atividades irregulares e ilícitas, sejam elas as relacionadas com a posse ilegal da terra, ao crime organizado ou aos conflitos de terra, considerando os vínculos entre atividades ilegais e a ocupação desordenada.

Deve-se considerar, também, a relação entre a exclusão social e o contexto de ilegalidade e as limitações de atividades econômicas viáveis, em particular, para o pequeno produtor.

Finalmente, considerando-se a responsabilidade do GEOMA de gerar subsídios para políticas públicas, é necessário desenvolver e consolidar diálogo entre seus pesquisadores, tomadores de decisão e os atores participantes do processo de ocupação na Amazônia. Em particular, registra-se a vontade de formalizar parcerias com outros órgãos de governo, como o MMA, o CENSIPAM, SECTAM-PA, Ministério Público e agências de desenvolvimento e financiamento.

O GEOMA tem a vocação de ser o principal instrumento multi-institucional do MCT para fundamentar a elaboração de políticas em base científica robusta, necessitando de apoio continuado e reconhecimento por parte do Ministério, em particular, para investigação de atores e fatores condicionantes do processo de ocupação e geração de cenários para a Amazônia. São particularmente importantes, investigações nas áreas de economia, demografia, biodiversidade, e análises sócio-antropológicas finas dos arranjos institucionais e produtivos locais.

Participantes do Seminário Marabá da Rede GEOMA

Ana Paula Aguiar – INPE/MCT

Bertha Becker – UFRJ

Diógenes Alves – INPE/MCT

Ima Vieira – MPEG/MCT

Iran Veiga – NEAF/UFPa.

Jorge Gavina – MPEG/MCT

Luís Carlos Joels – MCT

Marcelo Thales – MPEG/MCT

Maria Isabel Escada – INPE/MCT

Myriam Oliveira- LAET/UFPa

Philip Fearnside – INPA/MCT

Raimunda Monteiro – MMA

Roberto Araújo Santos – MPEG/MCT

Tiago Carneiro – INPE/MCT

Participantes convidados

Ângelo Pereira – STR/São Félix

Danilo Lopo – CPT

Guilherme Abdala – IBAMA/MMA

Jorge Rodrigues – Representante do Dep. P. Rocha

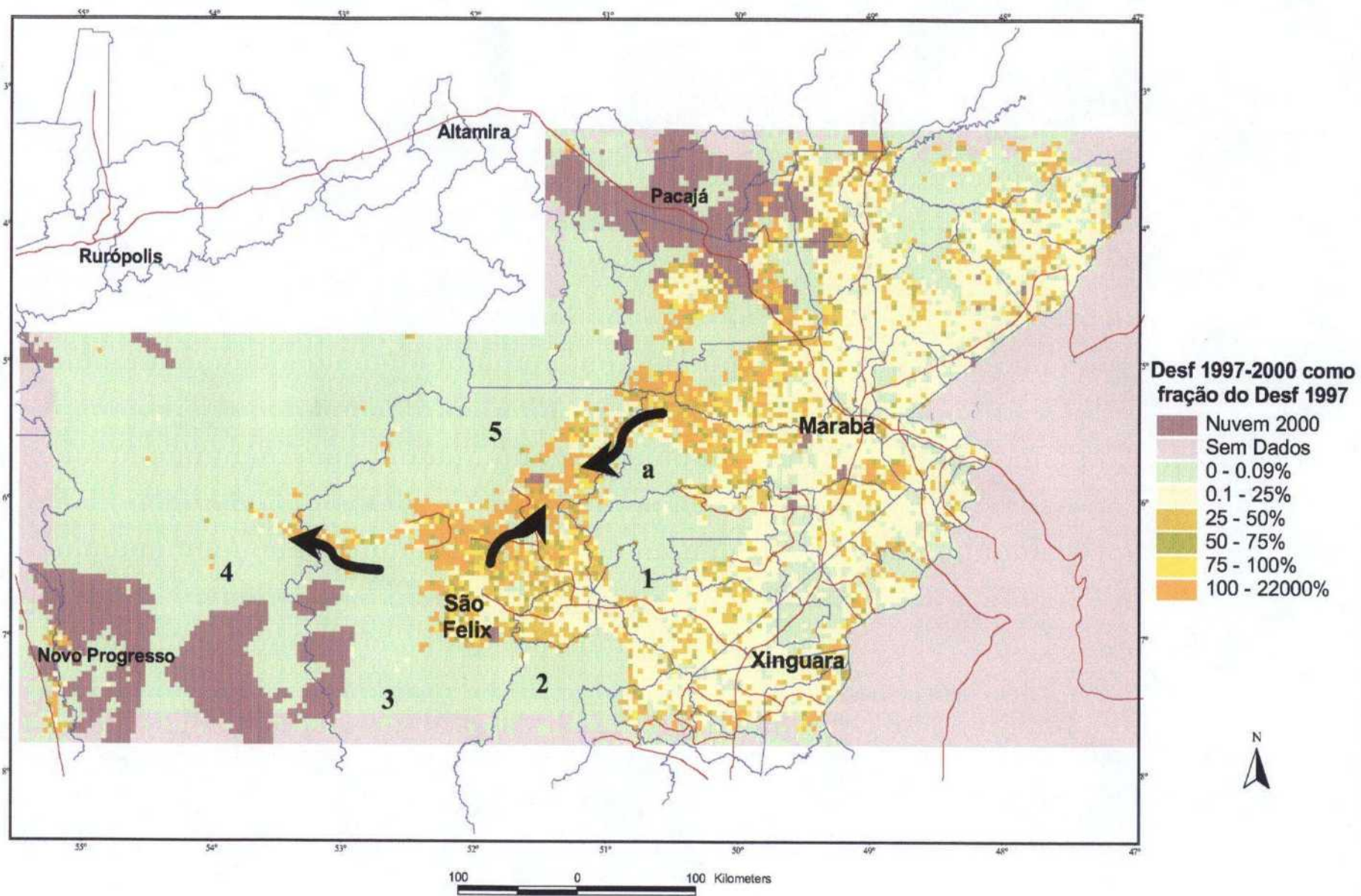
Kleidson Pernambuco - CPT

Luciano Martinez – IBAMA/MMA

Luís Márcio Cordeiro – IBAMA/MMA

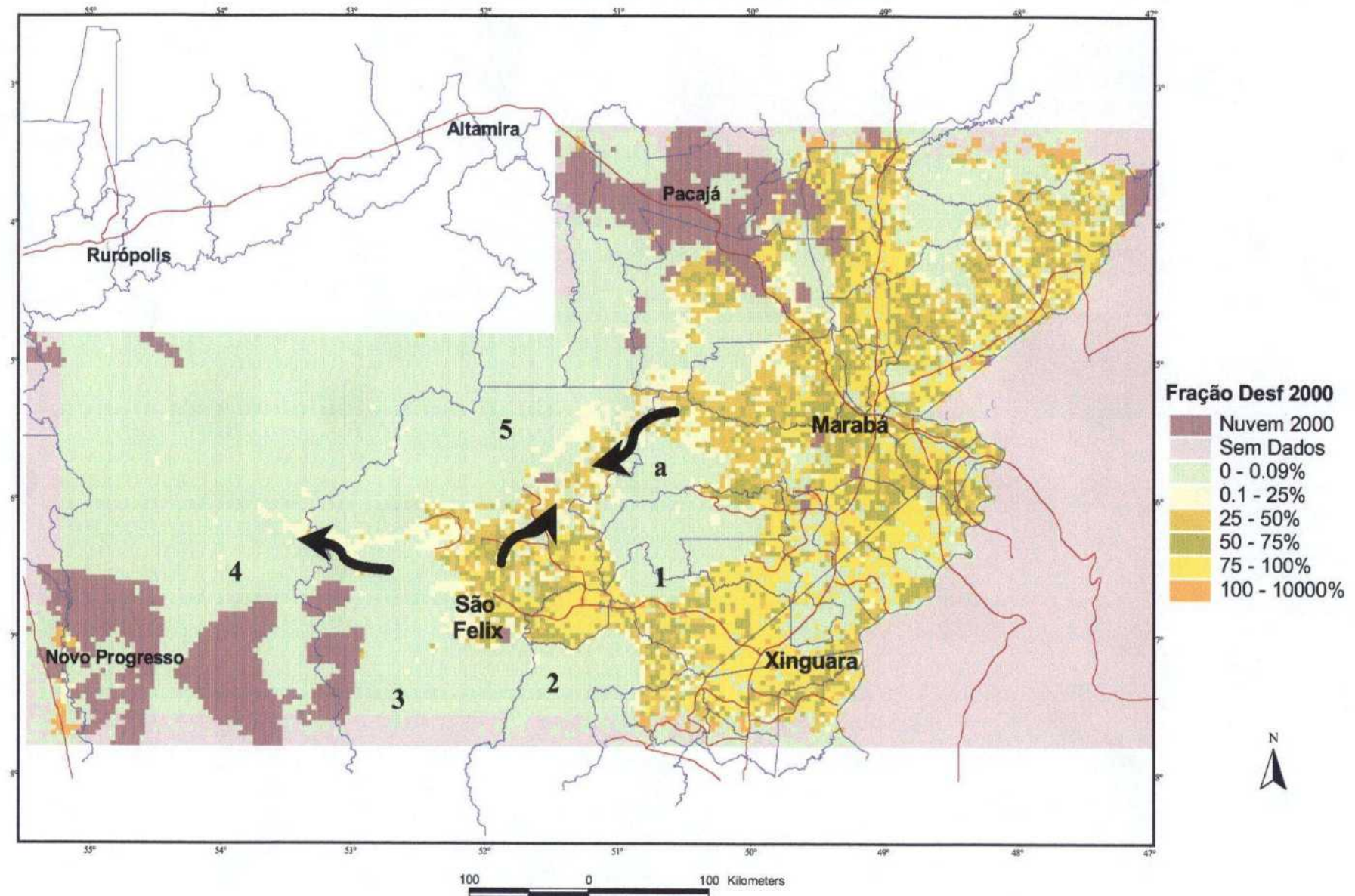
Luíza Lima – IBAMA/MMA

Desflorestamento 1997-2000 como fração do Desflorestamento 1997



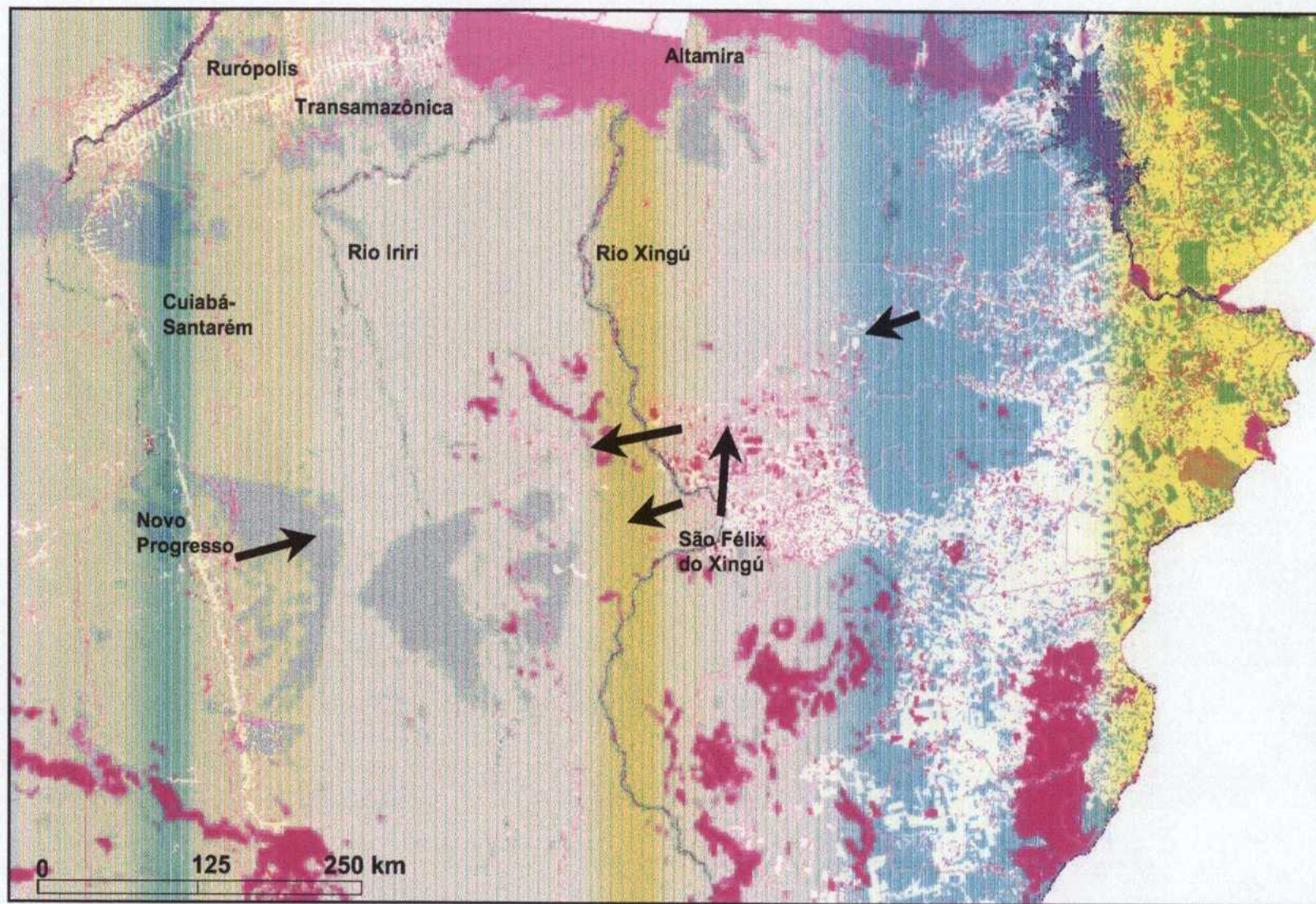
1-5 – Terras Indígenas; a – Unidades de Conservação

Fração Desflorestada 2000



1-5 – Terras Indígenas; a – Unidades de Conservação

Figura 3



Efeito de tenaz: Expansão das frentes de desflorestamento na área de estudo.

Figura 4

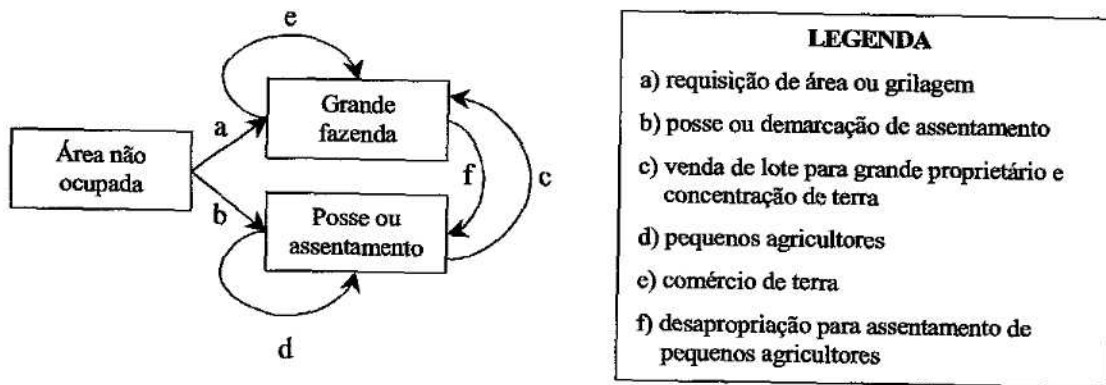


Diagrama de apropriação de terras na Amazônia.

Figura 5

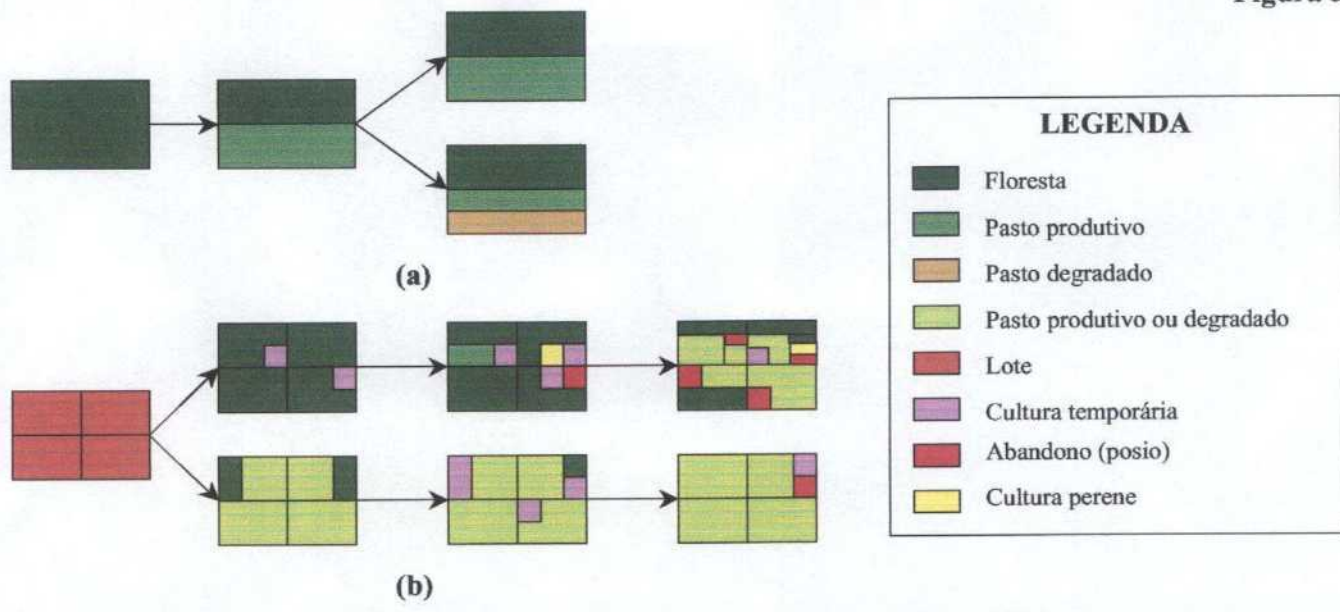
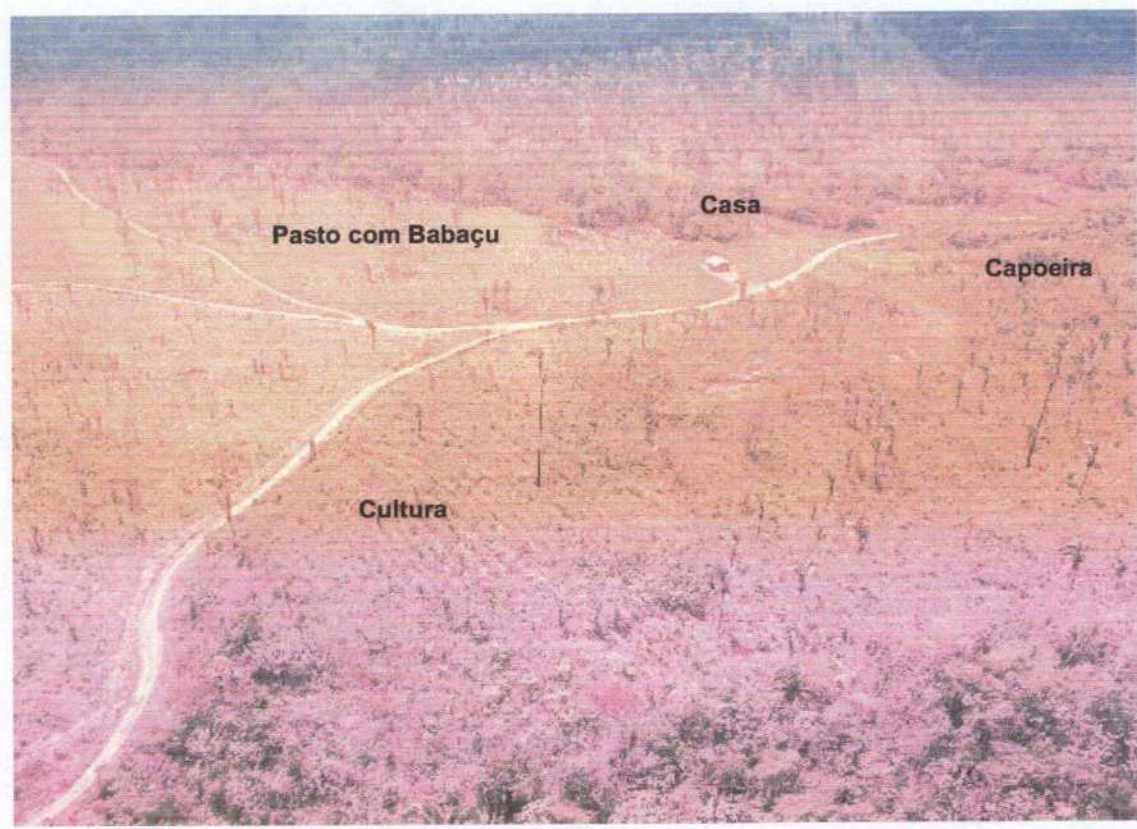


Diagrama de evolução do uso e cobertura da terra: (a) em grande ou média propriedade e (b) em área de assentamento (adaptado da literatura).



Fotografia de um assentamento na região de Marabá que ilustra lotes com diferentes tipos de uso e cobertura da terra, setembro de 2003.